



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

**2.º JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE CAMPOS DOS
GOYTACAZES/RJ.**

INSPEÇÃO ANUAL – 2014

RELATÓRIO

EXCELENTÍSSIMA SENHORA CORREGEDORA-REGIONAL DA JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO, DESEMBARGADORA FEDERAL DRA. SALETE MACCALÓZ.

A Inspeção Ordinária Anual do Segundo Juizado Especial Federal de Campos dos Goytacazes/RJ – 02JEF-CA, referente ao período de junho/2013 a junho/2014, realizou-se entre os dias **09 de junho de 2014 e 13 de junho de 2014**, e foi desenvolvida em absoluta normalidade, sendo presidida pelo Juiz Federal Substituto no exercício da Titularidade, Dr. **Frederico Romaniello Telles Baeta Zebal**, diante da convocação da Juíza Federal Titular, Dra. **Kelly Cristina Oliveira Costa**, para atuar junto a Corregedoria-Geral da Justiça Federal (CJF), cujo afastamento foi autorizado pela Portaria nº TRF2-PTP-2014-2014/0024, de 16 de janeiro de 2014.

A inspeção tornou-se pública através do Edital de Inspeção nº JFRJ-EDT-2014/00114, publicado em 21/05/2014. As comunicações sobre a instalação da inspeção se deram por meio de encaminhamento dos ofícios à Corregedora-Regional da Justiça Federal da 2ª Região (JFRJ-OFI-2014/06316), ao Sr. Diretor do Foro (JFRJ-OFI-2014/06317), à Procuradoria da República em Campos dos Goytacazes (JFRJ-OFI-2014/06340), à Advocacia Geral da União (JFRJ-OFI-2014/06341), à Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional (JFRJ-OFI-2014/06338), à Procuradoria Regional Federal da 2ª Região e Procuradoria Federal Especializada (JFRJ-OFI-2014/06339 e JFRJ-OFI-2014/06342), à Caixa Econômica Federal (JFRJ-OFI-2014/06337) e à Ordem dos Advogados do Brasil (JFRJ-OFI-2014/06332).

A Advogada Dra. Sônia Maria Soares Azeredo, OAB/RJ 34.334, indicada pela OAB, esteve presente na data de abertura da inspeção.

Não houve manifestações dos demais órgãos.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

I - ABERTURA:

Segue em anexo, ao presente relatório, uma cópia do *Termo de Abertura*.

II - FORAM INSPECIONADOS(AS) E CONSTATADOS(AS):

1 – Dados estatísticos extraídos da análise do acervo e dos gráficos do Portal de Estatística da Primeira Instância, bem como dos relatórios do Sistema APOLO:

Para controle e aferição do acervo atual, bem como para a determinação de metas a serem cumpridas, foram extraídos os seguintes relatórios do sistema informatizado e portal de estatísticas:

- Estatística de processos distribuídos até 09 de junho de 2014;
- Processos conclusos para sentenças, por ano de distribuição, até 09/06/2014, bem como conclusos para despacho e para decisão;
- Processos parados há mais de 30 dias;

Assim, analisando os dados extraídos dos referidos relatórios, pode verificar que em 09/06/2014 havia:

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O ACERVO DE PROCESSOS EM 09/06/2014:

TOTAL DE PROCESSOS.....	3954
PROCESSOS EM TRÂMITE.....	2900
PROCESSOS SUSPENSOS.....	636
PROCESSOS COM RECURSO NA TURMA RECURSAL.....	418
TOTAL DE PROCESSOS SEM SENTENÇA.....	2741
TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA.....	1623
TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS PARA DESPACHO.....	78
TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS PARA DECISÃO.....	57





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Como parâmetro de inspeção para a Secretaria foram considerados os processos parados há mais de 30 (trinta) dias e para o Apoio ao Gabinete os processos com autuação mais antiga, considerando a existência de 941 processos concluídos para sentença há mais de 180 (cento e oitenta) dias.

A) SECRETARIA:

Processos parados há mais de 30 dias:

Total de 57, os quais se encontravam na seguinte situação:

- 22 processos aguardando realização de audiência;
- 03 processos aguardando término de prazo para atendimento de determinação às partes;
- 04 processos aguardando apresentação de laudo pericial;
- 05 processos aguardando cumprimento de mandado;
- 04 Inquéritos Policiais que aguardam cumprimento de diligências;
- 19 processos aguardando processamento sem sentença;

1 – Verifiquei e despachei nos processos que aguardavam determinação de diligências e estavam nas mesas virtuais “processamento cível” e “revisão final secretaria”;

2 – Determinei que fosse aberta conclusão para sentença nos processos que estavam aguardando processamento, tendo a Secretaria do Juízo assim procedido ao final da inspeção;

3 – Determinei que fosse certificado o decurso de prazo nos processos que estavam com prazo vencido, tendo a Secretaria do Juízo assim procedido;

4 – Determinei a cobrança dos laudos periciais dos processos que se encontravam na mesa ‘Ag. laudo pericial’, tendo a Secretaria do Juízo procedido à solicitação daqueles com prazo vencido (20 dias);

5 – Por fim, como já vem sendo feito, ratifiquei a necessidade de a secretaria controlar os processos sem movimentação há mais de 30 dias, devendo ser processado dentro do próprio mês os processos que aguardam despacho inicial e aqueles cujas diligências tenham sido atendidas pelas partes.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Não foi verificado na abertura da inspeção processo pendente de intimação e foram lançados no sistema as intimações dos atos praticados durante a inspeção.

Na data de abertura da inspeção não havia cartas precatórias pendentes de cumprimento.

B) GABINETE

Processos sem sentença. Parâmetro data da autuação e data da conclusão para sentença.

Data da autuação	Quantidade de processos
2008	01
2009	70
2010	279
2011	387
2012	263
2013	479
2014	144

No início da inspeção havia 941 processos com conclusão para sentença com prazo superior a 180 dias. Dessa forma, foram priorizados os processos com data de autuação mais antiga atrelado à data da conclusão. Durante a inspeção foram analisados pelo apoio ao Gabinete e minutadas sentenças dos processos autuados em 2008, 2009 e parte do acervo de 2010.

Durante a inspeção foi priorizado o andamento dos processos autuados em 2008, gerando o seguinte resultado ao final da inspeção:

Processos autuados em 2008

00004668220084025153	arquivado durante a inspeção
00005451720084025103	Inquérito Policial - verificado conforme item 2
00005403920084025153	sentenciado - ag. prazo de contrarrazões
00007257720084025153	execução - ag. Manifestação das partes sobre cálculos





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

00029350420084025153	sentenciado - ag. Prazo recursal
00047962520084025153	execução - ag. Cumprimento obrigação de fazer
00020490520084025153	sentenciado - ag. prazo recursal
00006098520084025116	Inquérito Policial - verificado conforme item 2

2) Processos de verificação obrigatória (art. 12, parágrafo único, da Resolução nº 496/2006, do CJF), bem como de prioridade legal, que se encontravam no Juizado.

Não tramitam neste Juízo processos de verificação obrigatória - Ações Cíveis Públicas, Ações Populares, Mandados de Segurança Coletivos, Ações de Improbidade Administrativa, ações relacionadas a interesses metaindividuais e processos criminais com réus presos.

Conquanto conste no sistema processual apenas 87 processos com prioridade (idoso), dada a natureza dos feitos previdenciários em trâmite neste Juizado, cujo acervo é de 1898 processos, em que grande parte do acervo tem como parte idosos, determinei que fosse cadastrada de forma gradativa a prioridade, de acordo com o processamento, restando, assim, prejudicada a movimentação de todos esses processos durante a inspeção.

Processos de natureza penal

Encontram-se em trâmite neste Juizado 18 processos de natureza penal. Os processos que se encontravam na Secretaria do Juízo foram inspecionados em sua totalidade, sendo verificados os cumprimentos de transação penal, despachos de designação de audiência preliminar, decisões de arquivamento e declínio de competência.

00005451720084025103	Remetido ao MPF
00006098520084025116	Ag. cumprimento de diligências para arquivamento
00014940720094025103	Remetido ao MPF
00006416120104025103	Remetido ao MPF (prazo vencido)
00015176020104025153	Não localizado. Ag. verificação no arquivo
00010893420104025103	Remessa MPF (ciência decisão de arquivamento)





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

00005053020114025103	Ag. audiência (14/10/2014)
00013696820114025103	Arquivado durante a inspeção
00017256320114025103	Não localizado
00001915020124025103	Ag. cumprimento de transação penal
00004842020124025103	Ag. audiência (08/10/2014)
00036353820124025153	Não localizado
00019938320124025103	Ag. audiência (01/10/2014)
00025061720134025103	Remessa ao MPF (ciencia audiência 30/07/2014)
00025053220134025103	Ag. audiência (30/07/2014)
00025022420134025153	Ag. cumprimento de transação penal
00022355220134025153	Remessa ao MPF (prazo vencido)
00035874520134025153	Ag. cumprimento de transação penal

Em 23/01/2014 foi expedido o Ofício OFC.5302.000006-1/2014 ao MPF para devolução dos processos que estariam com carga para o órgão (00017256320114025103 e 00036353820124025153). Em resposta, o Ministério Público Federal informou, por meio do Ofício nº 98/2014/GAB/ESO/LBA, de 11/02/2014, que os autos não foram localizados. Por essa razão, constatou-se a necessidade de restauração física dos referidos processos, cujas peças encontram-se em sua totalidade no sistema Apolo, porquanto os processos tramitaram sob a forma física e eletrônica.

Foi determinado que os processos com carga para o MPF e com prazo vencido sejam solicitados por meio de ofício ao referido órgão.

3) Feitos suspensos:

No início da inspeção constavam 636 processos suspensos, sendo 61 que tratam de expurgos de poupança (REs 591.797 e 626.307), 1 processo aguardando decisão em Mandado de Segurança, 1 processo aguardando documento proveniente de reclamação trabalhista (90 dias), 2 processos aguardando decisão em outros feitos e 571 processos que tratam de índice de correção da conta de FGTS (REsp nº 1.381.683/PE).

Ao final da inspeção foram suspensos mais 30 processos que tratam da não aplicação da TR sobre o saldo das contas fundiárias.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

4) Todos os livros e pastas:

Considerando que todos os processos em trâmite neste Juizado são virtuais, não há necessidade de utilização de pastas para arquivamento de remessas ou expedientes, bem como registro de sentenças e decisões, com exceção da pasta com as guias de remessa para o MPF, em relação aos feitos criminais – relativa ao período de 2012/2014, que está em situação regular.

LIVROS OBRIGATÓRIOS – SECRETARIA	
DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO
Livro de Ponto dos Servidores	Regularizado o Termo de Encerramento do Livro 1 e o Termo de Abertura do Livro 2 iniciado em dezembro/2013
Livro de Carga de Autos a Advogados, Partes e Auxiliares do Juízo	Inexiste, tendo em vista a especialização deste Juizado
Livro de Remessa de Autos aos Setores Administrativos de Apoio	Inexiste, tendo em vista a especialização deste Juizado
Livro de Entrega de Autos às Partes sem Traslado	Inexiste, tendo em vista a especialização deste Juizado
Livro de Carga ao MPF – 2012/2014	Inexistente – consta Pasta com as guias de remessa para o órgão
Livro de Reclamações	Regular – Sem registros
Livro de Registro de Livramento Condicional	Inexistente, tendo em vista a especialização deste Juizado
Livro do Rol dos Culpados	Inexistente, tendo em vista a especialização deste Juizado
LIVROS OBRIGATÓRIOS – GABINETE	Inexistentes.

Observações:

Há na Secretaria 6 pastas com a denominação “Atas de Audiência” do período de 2012 a 2014. Isso porque as atas de audiências ainda não são assinadas eletronicamente, sendo arquivadas em pastas, as quais foram vistoriadas, procedendo-se à inclusão dos Termos de abertura e encerramento que se fizeram necessários.

Foram inspecionadas 4 pastas existentes na Secretaria, uma Pasta de expedientes recebidos de diversos órgãos (ofícios, portarias, memorandos), duas





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

pastas de servidores com informações sobre licenças, férias e outras ocorrências, uma pasta relativa a inspeção.

5) As petições pendentes:

As petições e expedientes encaminhados a este Juizado são juntadas aos autos no prazo máximo de 2 (dois) dias, contados da data de sua entrada no Balcão de Entrada Virtual, escaninho esse que é verificado diariamente de modo a evitar a permanência de documentos (processos/expedientes/petições) por tempo excessivo.

Dessa forma, todas as petições que foram protocolizadas durante o período da inspeção foram juntadas, sem qualquer pendência.

6) Os expedientes cartorários:

O relatório aponta a existência de 9 expedientes com diligências pendentes de cumprimento, em desacordo com o art. 23, *caput*, da Portaria DIRFO nº RJ-PGD-2010/79, abaixo indicados:

MDJ.5302.000501-4/2014
MDJ.5302.000548-0/2014
MDJ.5302.000549-5/2014
MDJ.5302.000550-8/2014
MDJ.5302.000552-7/2014
MDJ.5302.000553-1/2014
MDJ.5302.000554-6/2014
MDJ.5302.000555-0/2014
MDJ.5302.000577-7/2014

A Secretaria diligenciou junto ao setor responsável – SEMCI – a fim de que fossem ultimadas as providências quanto ao cumprimento dos mesmos, sendo devolvidos até o final da inspeção 4 mandados cumpridos.

A expedição dos mandados, ofícios, telegramas e RPVs está em situação regular.

O tempo médio para expedição de mandados, ofícios e telegramas é de 2 dias e as RPVs têm sido enviadas dentro do próprio mês em que são expedidas e





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

conferidas pelo Diretor de Secretaria, com um tempo médio estimado de 30 (trinta) dias, a contar da data em que os processos ficam na condição de expedição.

Foram enviadas no período de inspeção 56 RPVs.

7) A verificação de prevenção, litispendência e coisa julgada:

Estão sendo processados regularmente e, inclusive, no curso da inspeção, na forma do Provimento nº T2-PVC-2010/00079, de 27.08.2010, da Corregedoria do TRF2R.

8) A atuação da Coordenadoria/Setor de Apoio Administrativo, da Contadoria, da Distribuição, da Seção de Mandados e dos demais serviços auxiliares que não integram a estrutura administrativa:

A atuação dos demais setores não vinculados à Secretaria do Juízo é sempre pautada com vistas a dar celeridade ao andamento dos feitos e ao atendimento às partes e advogados, buscando-se sempre uma integração de todos os setores, de modo a encontrar meios mais eficazes e rápidos para a solução das lides.

9) Organização da Vara:

A Secretaria encontra-se organizada em grupos de trabalho, assim distribuídos:

1 – Processamento dos feitos desde o despacho inicial até a abertura de conclusão para sentença;

2 – Processamento dos feitos sentenciados, com vistas à remessa para as Turmas Recursais, certificação do trânsito em julgado, execução, processamento dos feitos que retornam das Turmas Recursais até à baixa deles, bem como decisões em impugnações de execução de sentença;

3 – Remessas e devoluções eletrônicas internas e externas dos processos, expedição de expedientes, RPVs e Precatórios, controle dos livros e pastas obrigatórias e facultativas, recebimento dos processos vindos de órgãos internos, inclusive das Turmas Recursais e recebimento de correspondências;

4 – Processamento dos feitos penais.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

O atendimento ao público externo é feito pelos servidores e estagiários em regime de rodízio, por escala previamente estabelecida, sob a coordenação de um dos supervisores.

O Apoio ao Gabinete funciona com 6 servidores, que dividem o acervo dos processos concluídos por assunto.

10) Divisão dos processos:

Os processos são divididos observando-se as normas internas que regulam a matéria, cabendo ao Juiz Federal Titular os feitos pares e ao Juiz Federal Substituto os feitos ímpares, sendo certo que à época da inspeção, em razão do afastamento da Juíza Federal Titular, todos os feitos estão a cargo do Juiz Federal Substituto.

11) A evolução da situação geral do órgão e de seu acervo, em relação à inspeção do ano de 2013:

A Evolução do acervo entre as inspeções de junho de 2013 e o término desta inspeção de 2014 demonstra o seguinte:

Mês/ano	Tramitação	Suspensos	Remetidos às Turmas Recursais	Total
Junho/2013	3927	68	344	4339
Julho/2013	3632	64	367	4063
Agosto/2013	3522	65	381	3968
Setembro/2013	3601	66	390	4057
Outubro/2013	3597	67	389	4053
Novembro/2013	3416	66	408	3890
Dezembro/2013	3408	65	397	3870
Janeiro/2014	3354	66	405	3825
Fevereiro/2014	3180	86	458	3724





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Março/2014	3048	241	470	3759
Abril/2014	3169	300	438	3907
Maió/2014	2876	614	427	3917
Junho/2014	2890	664	440	3994

Distribuição no período de julho/2013 a junho/2014	3.628
Baixados no período de julho/2013 a junho/2014	3.226
Remetidos às Turmas Recursais no período de julho/2013 a junho/2014	587

Em relação às conclusões para despacho e para decisão, considerando o parâmetro de 100 dias, conforme definido pelo CNJ no sistema Justiça Aberta, verificou-se a inexistência de processos nessa situação.

Em relação às conclusões para sentença, foi considerado o parâmetro de processos com data de autuação mais antiga concomitantemente com os processos conclusos há mais de 180 dias (art. 227, III, da Nova Consolidação Normativa da CG), averiguando-se:

Conclusão	Situação em julho/2013	Situação em 13/06/2014
Sentença	1.133	943

Data da autuação	Quantitativo de processos conclusos para sentença em julho/2013	Quantitativo de processos ao final da inspeção 13/06/2014
2008	05	00
2009	235	62
2010	387	276
2011	484	387
2012	337	266





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

2013	41	486
2014	xxxx	156

12) Estrutura funcional do Gabinete:

O Apoio ao Gabinete contava à época da inspeção com 6 servidores, sendo 5 (cinco) com formação em Direito e um cursando disciplinas do nono e décimo períodos do Curso de Direito, bem como 3 (três) estagiários. Com relação às funções comissionadas, são as seguintes: uma FC-5 (Oficial de Gabinete), 3 (três) FC-4, 1 (uma) FC-3 e 1 (uma) FC-2.

O Apoio ao Gabinete também assessora o magistrado nas audiências cíveis. As criminais são realizadas pela servidora da Secretaria encarregada da análise e supervisão dos feitos criminais –, bem como minuta decisões em embargos de declaração ou para correção de erros materiais das sentenças.

13) O quadro de servidores, equipamentos e mobiliários:

O quadro de servidores está completo, contando este Juízo com 13 servidores, sendo 3 (três) Analistas Judiciários e 10 (dez) Técnicos Judiciários.

As funções gratificadas em número de 09 (nove) estão assim distribuídas:

- Diretora de Secretaria – Gracielle Lema da Silva – Matrícula 13.401;
- Supervisor – Naaniel Matos Rodrigues de Azevedo – Matrícula 11.622;
- Supervisora – Ana Terêsa Araujo Pessanha Faez - Matrícula 12.640;
- Oficial de Gabinete – Marcelle Louback Gomes – Matrícula 13.058;
- Assistente IV – Antônio Carlos Nunes Ladeira – Matrícula 14.469;
- Assistente IV – Maria de Oliveira Rangel – Matrícula 14.348;
- Assistente IV – André Luiz Pereira Santana – Matrícula 14.553;





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

- Assistente III – Márcia Verônica Rodrigues Miranda da Cruz – Matrícula 12.577;

- Assistente II – Luiz Kleber Paravidino Júnior - Matrícula 13.888;

Há ainda 6 (seis) estagiários contratados pelo TRF/2ª Região, sendo dois lotados no 1º Juizado e cedidos ao 2º Juizado Especial Federal de Campos dos Goytacazes.

Com relação ao patrimônio deste Juizado, foi feita uma completa conferência do mobiliário, equipamentos eletrônicos e demais utensílios, estando de acordo com o relatório do sistema ASI – Sistema de Material e Patrimônio.

O mobiliário apresenta-se adequado e atende às necessidades do serviço, sendo realizado, periodicamente, a manutenção/troca dos que necessitem, tais como micros, mesas, cadeiras.

O espaço físico ocupado pela Secretaria e pelo apoio ao Gabinete do 2º Juizado Especial Federal/CA não se apresenta adequado à prestação dos serviços judiciários, uma vez que houve a divisão do espaço em que funcionava apenas o 1º Juizado Especial Federal/CA quando da criação deste Juízo em 11/04/2012, de forma que temos 2 funcionários trabalhando no Gabinete da Juíza Titular, 2 estagiários revezando entre a sala de perícias e a sala de audiências, por falta de espaço.

Registro que as salas de audiência e de perícia são utilizadas pelos dois Juizados em dias alternados, o que compromete muito a produtividade deste Juízo.

14) Os registros e atualizações efetuadas no Sistema Apolo:

Frequentemente, o Sistema APOLO é atualizado, ativando ou desativando mesas de trabalho, bem como utilizando diversos motivos de local virtual, com o objetivo de melhorar e agilizar a tramitação dos processos virtuais.

15) Ocorrências:

Não foi registrada qualquer ocorrência durante a inspeção, que interferisse nos trabalhos.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

16) A situação resumida dos processos de verificação obrigatória:

Não há processos de verificação obrigatória, uma vez que se trata de Juizado Especial Federal.

Os processos de prioridade idoso foram informados no item 2 acima.

17) A situação resumida dos demais examinados por amostragem:

Consoante relatado, os processos sem movimentação há mais de 30 (trinta) dias que se encontravam na Secretaria do Juízo foram verificados. Com relação aos processos que se encontravam no gabinete conclusos para sentença, tendo em vista a quantidade do acervo existente, foi dispensada a certidão de “vistos em inspeção” em todos; somente nos processos efetivamente analisados houve a utilização da certidão, utilizando como parâmetro os processos com data de autuação mais antiga atrelado à data de conclusão superior há 180 dias.

18) A extensão da pauta de audiências:

Atualmente, existem audiências designadas para o mês de novembro de 2014, que se realizam às terças, quartas e quintas-feiras, com uma média de 4 audiências/dia. Considerando que a sala de audiências é única para atendimento do 1ºJEF/CA e 2º JEF/CA, ficou acordado entre os dois Juízos que, a partir do mês de agosto/2014, as quartas-feiras dos meses pares serão utilizadas por este Juízo e dos meses ímpares pelo 1º Juizado. Em caso de urgência, as audiências são designadas extraordinariamente às segundas-feiras.

A partir do mês de fevereiro/2014, este Juízo passou a realizar audiências de conciliação em matérias previamente verificadas com a Caixa Econômica Federal, sendo em média de 25 audiências por mês, em regime de mutirão, de forma que se tem obtido um percentual de aproximadamente 80% de acordos.

19) Processos de impedimento e suspeição:

Não existem processos em que tenha sido declarada a suspeição ou o impedimento de magistrado.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

20) A relação dos alvarás de levantamento inutilizados e retificações de dados estatísticos junto ao sistema informatizado de acompanhamento processual:

Os alvarás de levantamento são todos virtuais, ou seja, não há formulários em papel moeda neste Juizado.

Após a expedição do alvará eletrônico, conferência e assinatura, um arquivo com extensão “pdf” é enviado ao banco depositário através de email, sendo a parte beneficiária intimada a comparecer ao banco para recebimento.

No que tange à retificação de dados estatísticos junto ao sistema informatizado de acompanhamento processual, nenhuma ocorrência foi registrada durante a Inspeção.

21) Os bens apreendidos em procedimentos criminais:

Não existe neste Juízo qualquer bem apreendido em procedimento criminal.

22) A evolução da situação processual dos feitos:

Verificou-se que alguns feitos de matéria específica e repetitiva estão sendo processados de forma compacta, buscando sanear o feito logo no despacho inicial, de forma que, após cumpridas todas as determinações contidas no despacho inicial, esteja pronto para ser proferida sentença de mérito.

III – OUTRAS CONSTATAÇÕES:

Não foram constatadas situações irregulares durante a inspeção, que transcorreu dentro da normalidade e dos parâmetros previamente estabelecidos.

Não consta registro de reclamações sobre os serviços prestados pelo Juizado. O critério adotado para atendimento no balcão é adequado. O horário de expediente é observado pelos servidores.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

IV – O CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES / CONSIGNAÇÕES DA INSPEÇÃO ANTERIOR:

Verifiquei que algumas determinações da inspeção anterior estão sendo devidamente observadas, quais sejam: a) análise das iniciais no prazo máximo de 30 dias após a distribuição, b) prolação de sentença dentro do mês de conclusão dos processos que tratam de benefício por incapacidade e das sentenças padronizadas.

Todavia, no que tange à prolação de sentença de todos os processos com distribuição até 2010, conquanto não tenha sido atingida a meta traçada, constatou-se que: i) todos os processos autuados em 2008 foram sentenciados; ii) o Apoio ao Gabinete minutou cerca de 70 processos autuados em 2009 até o final da inspeção, que estavam conclusos para sentença e que se encontram pendentes de análise pelo magistrado; iii) foram sentenciados xxx processos autuados em 2010 durante o último ano, remanescendo na conclusão para sentença 276 processos.

Houve o comprometimento da meta estabelecida na última inspeção, que não foi atingida, diante da conjugação de alguns fatores:

1. A mudança de magistrados desde a última inspeção;
2. Designação da Juíza Federal Titular, Dra. Kelly Cristina Oliveira Costa, para atuar junto a Corregedoria-Geral da Justiça Federal (CJF), com afastamento a partir de 27/01/2014;
3. A designação de magistrado, sem prejuízo de sua jurisdição, para atuar no período de férias regulamentares do Juiz Federal Substituto, no mês de março/2014;
4. A designação de magistrado, sem prejuízo de sua jurisdição, para atuar no período em que não havia magistrado lotado no Juizado, referente ao mês de abril/2014;
5. A lotação do magistrado que presidiu a inspeção como Juiz Federal Substituto deste Juízo, a partir de maio/2014, estando no exercício da titularidade, cumulando todo o acervo.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Nada obstante, todos os servidores lotados neste Juizado permanecem compromissados com o bom andamento dos processos, em especial aqueles conclusos para sentença.

V – CONSIGNAÇÕES E DELIBERAÇÕES:

Considerando os dados estatísticos e os dados colhidos nesta inspeção, determinei as metas a seguir indicadas, fazendo-se os necessários controles através do sistema Processual Apolo e Portal de Estatísticas.

A) Secretaria:

- Os processos devem ser movimentados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, com controle semanal dos prazos que se acharem vencidos, conforme vem sendo realizado;
- Os processos autuados até 2011 sem sentença, devem, sem prejuízo das prioridades legais, ser movimentados com prioridade de forma que estejam aptos à prolação de sentença até o término do 2º semestre;
- A divisão de funções e acompanhamento de atribuições entre os servidores, com prazos estabelecidos para monitoramento das fases dos processos deve ser periodicamente avaliada pelo Diretor de Secretaria, com o objetivo de manter o bom desenvolvimento do trabalho das equipes.

B) Gabinete:

- Minutar todos os processos cíveis com distribuição até 2011 que estejam conclusos para sentença;
- Minutar as sentenças relativas as demandas de benefício por incapacidade e padronizadas dentro do próprio mês de conclusão;
- Minutar as sentenças mensalmente um número de processos superior aos distribuídos ao Juizado no mês.

VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A inspeção deste Juizado foi direcionada tanto para os serviços cartorários (rotinas internas) como para o processamento dos feitos em tramitação,





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

buscando identificar as irregularidades a serem sanadas e traçar estratégias que permitam o melhor andamento dos trabalhos.

A fim de diminuir o acervo e otimizar o trabalho, o Apoio ao Gabinete procedeu a uma divisão de matérias entre os funcionários, os quais despacham diretamente com o Juiz as demandas cujas matérias estão sob sua responsabilidade. Deve ser ressaltado que, tendo em vista as Metas Nacionais do Poder Judiciário para o ano de 2013, um esforço conjunto tem sido feito com o fito de prolatar sentenças nos processos ajuizados nos anos de 2008 a 2010.

Além disso, entre as medidas adotadas pelo Juízo objetivando a redução do acervo, está a busca de um diálogo institucional com o Instituto Nacional do Seguro Social, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e a Caixa Econômica Federal – esta por meio do Núcleo de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TRF-2ª Região –, com o objetivo de viabilizar a realização de audiências de conciliação.

Dessa forma, concluo que os resultados obtidos na inspeção serão importantes para o aperfeiçoamento da performance deste Juízo, dando ênfase à necessidade de uma análise frequente de dados estatísticos, uma vez que tal providência possibilita melhor controle das rotinas cartorárias, bem como dos prazos estabelecidos.

VII – ENCERRAMENTO:

A cópia do Termo de Encerramento encontra-se em anexo ao presente relatório.

Era o que havia a relatar. Submeto à apreciação dessa E. Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região.

Campos dos Goytacazes, 27 de junho de 2014.

Assinado eletronicamente

Frederico Romaniello Telles Baeta Zebal

Juiz Federal Substituto no Exercício da Titularidade

2º. Juizado Especial Federal de Campos

